

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e diretores da

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas

Veja a Nota 3.3 e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar suas usinas geradoras de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de Leilão de Energia Nova (LEN), firmados com as distribuidoras de energia, pela modalidade de disponibilidade. Tais contratos, estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa, com aplicação de bônus ou penalidades, conforme regras do mecanismo estabelecidas em contrato. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>Toda geração de energia gerada acima ou abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos, são reconhecidos no mês de competência, e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco das receitas não serem registradas no momento do cumprimento da obrigação de performance, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Recálculo da receita contratual De fornecimento de energia através da valorização dos montantes de MWh de Energia contratual prometido e o preço contratual atualizado.• Recálculo da parcela variável de ressarcimento por montantes superiores ou inferiores de energia gerada em relação ao total contratual prometido, para avaliar se a receita fixa foi ajustada adequadamente pelos montantes efetivamente gerados;• Avaliação da integridade das informações utilizadas no cálculo, através de verificação dos contratos firmados entre as partes;• Avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor mais provável de ressarcimento;• Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser

que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

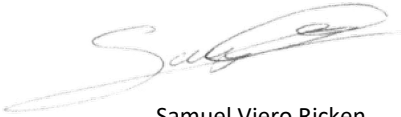
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken

Contador CRC SC-030412/O-1

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.128	20.754	Fornecedores a pagar	8	1.304	1.105
Depósitos vinculados	5	2.637	3.511	Arrendamentos a pagar	9	398	347
Contas a receber	6	8.177	8.003	Empréstimos e financiamentos	10	19.039	17.995
Impostos a recuperar		740	397	Debêntures	10	10.208	9.440
Despesas antecipadas		325	214	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	1.473	1.037
Outros ativos		254	203	Encargos tributários e trabalhistas	11	590	668
Total do ativo circulante		37.261	33.082	Outras contas a pagar		54	-
				Total do passivo circulante		33.066	30.592
Depósitos vinculados	5	13.564	12.591	Arrendamentos a pagar	9	7.609	7.617
Imobilizado	7	438.616	455.838	Empréstimos e financiamentos	10	135.965	145.569
Intangível		7	8	Debêntures	10	42.836	46.990
Total do ativo não circulante		452.187	468.437	Ressarcimento geração reduzida	12	13.759	19.249
				Provisão para desmobilização	13	2.354	2.108
				Total do passivo não circulante		202.523	221.533
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		319.131	319.131
				Prejuízos acumulados		(65.272)	(69.737)
				Total do patrimônio líquido		253.859	249.394
Total do ativo		489.448	501.519	Total do passivo e patrimônio líquido		489.448	501.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	15	68.906	64.747
Custo de geração de energia	16	<u>(38.496)</u>	<u>(38.023)</u>
Lucro bruto		30.410	26.724
Despesas gerais e administrativas	17	(1.858)	(1.646)
Outras receitas	18	<u>-</u>	<u>1.319</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		28.552	26.397
Receitas financeiras		5.243	3.319
Despesas financeiras		<u>(25.431)</u>	<u>(25.934)</u>
Resultado financeiro	19	(20.188)	(22.615)
Resultado antes dos impostos		8.364	3.782
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	(3.899)	(3.741)
Lucro líquido do exercício		<u>4.465</u>	<u>41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.465	41
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>4.465</u>	<u>41</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>319.131</u>	<u>(69.778)</u>	<u>249.353</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>41</u>	<u>41</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>319.131</u>	<u>(69.737)</u>	<u>249.394</u>
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>4.465</u>	<u>4.465</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>319.131</u>	<u>(65.272)</u>	<u>253.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.364	3.782
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	16 e 17	17.717	16.545
Amortização direito de uso de arrendamentos	16	537	513
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	9	704	703
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	6	(1.773)	(1.514)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	22.746	21.416
Amortização dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	403	403
Provisões para ressarcimento por geração reduzida	12	912	2.758
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(174)	906
Despesas antecipadas		(111)	(20)
Impostos a recuperar		(343)	(43)
Outros ativos		(51)	188
Fornecedores a pagar		199	62
Obrigações tributárias e trabalhistas		(78)	11
Outras contas a pagar		55	(66)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		436	11
Ressarcimento por redução reduzida		(6.402)	-
Caixa gerado pelas utilizado nas atividades operacionais		43.141	45.655
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.899)	(3.741)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(12.359)	(13.075)
Pagamento de juros de debêntures	10	(3.823)	(5.985)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		23.060	22.854
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	7	(465)	(106)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(465)	(106)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Depósito vinculado	6	1.674	(1.203)
Pagamento de arrendamentos	9	(982)	(1.005)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(12.619)	(11.490)
Pagamento de debêntures - principal	10	(6.294)	(6.855)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(18.221)	(20.553)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		4.374	2.195
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.754	18.559
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		25.128	20.754
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		4.374	2.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS 2” ou “Companhia”), com sede na cidade de Curitiba/PR, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7. Suas atividades abrangem, ainda, a comercialização da energia elétrica gerada e a exploração de direitos correlatos.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,3 MW médios de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Nexus Investimentos, Participações e Locações e a Servtec Investimentos e Participações são as acionistas da Companhia, com participações no capital social de 69,62% e 30,38%, respectivamente.

Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2,1 MW médios, totalizando a potência instalada de 86,1 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21,0
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R\$ 4.195 (R\$ 2.490 positivo em 31 de dezembro de 2024), prejuízos acumulados de R\$ 65.272. (R\$ 69.737 em 31 de dezembro de 2024) e fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$ 23.060 (R\$ 22.854 gerados em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	9,3	124,63	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	124,34	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	123,32	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,2	124,13	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	125,20	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2025 o preço médio praticado foi R\$ 231,50 (R\$ 220,23 em 31 de dezembro de 2024). Em janeiro de 2026, o preço foi atualizado para R\$ 241,38.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento;
- **Nota 12** – Provisões para ressarcimentos reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,
- **Nota 13** – Provisões para desmobilização reconhecimento e mensuração da provisão: principais premissas sobre a magnitude das saídas de recursos;

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo em que as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.3 Receita Operacional

A receita operacional advinda do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com as vidas úteis estimadas pela Companhia limitadas ao prazo de autorização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o ano de 2049 que é o prazo de autorização do Parque.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos para processamentos de dados	5 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de arrendamentos	19 anos
Parque eólico (*)	30,3 anos

(*) O ativo do parque eólico é composto por torres, máquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja identificado alguma mudança relevante.

(iii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) **Provisão para desmobilização**

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo atualizada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ressarcimento

Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) Modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros (SPPI). Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão

antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida patrimoniais a VJORA e A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não-financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos c/ movimento	-	139
Aplicações financeiras (i)	25.128	20.615
Total	25.128	20.754

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações com liquidez diária e remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 22.

8.177 8.003

5 Depósitos vinculados

Conta centralizadora (a)	2.637	3.511
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	6.364	6.197
Conta reserva de O&M (c)	2.058	1.882
Conta reserva da dívida Debêntures (d)	5.126	4.503
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	16	9
	16.201	16.102
Circulante	2.637	3.511
Não circulante	13.564	12.591

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures (ver nota 10), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no ativo circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para junho de 2033.
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a $\frac{1}{6}$ (um sexto) da próxima prestação vincenda.

Esses recursos são mantidos em contas de aplicação financeira em renda fixa lastreados em títulos públicos, que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber

	2025	2024
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (a)	3	2.050
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (b) - Provisão	8.163	5.878
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	11	75
	8.177	8.003

- (a) Corresponde as notas fiscais emitidas referente à venda de energia elétrica aos clientes da Companhia.
- (b) Refere-se a provisão de receita do mês de dezembro que será faturada no mês subsequente.

Não há títulos vencidos nem histórico de perdas com clientes, dessa forma, não há provisão para perdas constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	Taxa anual média de depreciação a.a.	2024	Adições	2025
Administração				
Máquinas e equipamentos		12	-	12
Equipamento para processamento dados		78	14	92
Móveis e utensílios		30	3	33
Subtotal administração		<u>120</u>	<u>17</u>	<u>137</u>
Parque eólico				
Acessos, obras e instalações		129.747	-	129.747
Torres anemométricas (**)		779	-	779
Máquinas e equipamentos		697	-	697
Subestação, bay e linha de transmissão		40.330	-	40.330
Aerogeradores		373.793	-	373.793
Peças de reposição WEG		7.437	-	7.437
Sobressalentes		1.963	246	1.963
Custos para desmobilização de ativos (*)		1.426	321	1.672
Direito de uso – arrendamentos (***)		9.326	448	9.647
Subtotal parque eólico		<u>565.498</u>	<u>1.015</u>	<u>566.513</u>
Imobilizado em operação		565.618	1.032	565.618
Depreciação				
Depreciação da administração	10 a 20%	(84)	(14)	(98)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(106.568)	(17.664)	(124.232)
Amortização desmobilização	3,93%	(477)	(39)	(516)
Amortização direito de uso arrendamento	5,26%	(2.651)	(537)	(3.188)
Depreciação acumulada		<u>(109.780)</u>	<u>(18.254)</u>	<u>(128.034)</u>
Total do imobilizado		455.838	(17.222)	438.616

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

	Taxa anual média de depreciação a.a.	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Administração						
Máquinas e equipamentos		12	-	-	-	12
Equipamento para processamento dados		78	-	-	-	78
Móveis e utensílios		30	-	-	-	30
Subtotal administração		120	-	-	-	120
Parque eólico						
Acessos, obras e instalações		129.738	9	-	-	129.747
Torres anemométricas (**)		779	-	-	-	779
Máquinas e equipamentos		627	70	-	-	697
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	(7.437)	40.330
Aerogeradores		373.793	-	-	-	373.793
Peças de reposição WEG (****)		-	-	-	7.437	7.437
Sobressalentes		1.936	27	-	-	1.963
Custos para desmobilização de ativos (*)		2.670	-	(1.244)	-	1.426
Direito de uso – arrendamentos (***)		8.989	337	-	-	9.326
Subtotal parque eólico		566.299	443	(1.244)	-	565.498
Imobilizado em operação		566.419	443	(1.244)	-	565.618
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(71)	(13)	-	-	(84)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(90.129)	(16.439)	-	-	(106.568)
Amortização desmobilização	3,93%	(387)	(90)	-	-	(477)
Amortização direito de uso arrendamento	5,26%	(2.138)	(513)	-	-	(2.651)
Depreciação acumulada		(92.725)	(17.055)	-	-	(109.780)
Total do imobilizado		473.694	(16.612)	(1.244)	-	455.838

- (*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou a revisão das premissas e efetuou a adequação da provisão em 2025 houve apenas atualização do saldo. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo da autorização (nota 1).
- (**) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico.
- (***) A Companhia reconhece os contratos de arrendamento de terrenos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e os arrendamentos a pagar no passivo (nota explicativa nº 9), durante o exercício de 2025 esses saldos foram redimensionados e o efeito foi de R\$ 448.
- (****) Em 2024 a Companhia identificou que o valor de R\$7.437 estava alocado incorretamente no grupo de subestação, o que gerou depreciação acumulada de R\$ 1.427 até 2023. Como o montante se refere a sobressalentes do contrato com a WEG, que tem a responsabilidade de reposição as suas expensas, foi efetuada a reclassificação dos saldos para conta onde não ocorre depreciação. O resultado acumulado foi lançado no exercício de 2024.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

8 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Não há histórico de inadimplência no período.

	2025	2024
Fornecedores TUST	384	377
Weg Equipamentos Elétricos S.A.´	552	525
Outros fornecedores a pagar	368	203
	<u>1.304</u>	<u>1.105</u>

9 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui contratos de arrendamento do terreno onde estão instalados os parques eólicos. O contrato é de 35 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. A remuneração dos arrendadores corresponde a 1,5% da receita bruta faturada vinculada aos CCEAR's que possui quantidades de venda de energia pré-determinadas, ou seja, as receitas anuais são fixas e são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 9,00% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.851
Remensuração	337
Despesa de depreciação do exercício	(513)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.675
Remensuração	321
Despesa de depreciação do exercício	(537)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.459

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.929
Remensuração	337
Juros apropriados no resultado	703
Pagamentos	(1.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.964
Remensuração	321
Juros apropriados no resultado	704
Pagamentos	(982)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.964
 Circulante	 398
Não circulante	7.609

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2025			2024		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(675)	1074	399	(674)	1021	347
De 1 a 2 anos	(640)	1074	434	(643)	1021	378
De 2 a 3 anos	(601)	1074	473	(609)	1021	412
De 3 a 4 anos	(559)	1074	515	(572)	1021	449
De 4 a 5 anos	(512)	1074	562	(532)	1021	489
Acima de 5 anos	(1.891)	7.515	5.624	(2.288)	8.177	5.889
Total	(4.878)	12.885	8.007	(5.318)	13.282	7.964

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A, B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida está sendo paga em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2025 o total de 92 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária. Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros	2025	2024
Empréstimos e financiamentos				
Finem (BNDES)	URTJLP	2,02% a.a.	155.744	164.392
(-) Custos de captação			(740)	(828)
			<u>155.004</u>	<u>163.564</u>
Circulante			19.039	17.995
Não circulante			135.965	145.569
Debêntures				
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	55.403	59.104
(-) Custos de captação			(2.359)	(2.674)
			<u>53.044</u>	<u>56.430</u>

Circulante	10.208	9.440
Não circulante	42.836	46.990
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	208.048	219.994

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.582	61.998	235.580
Amortização de principal	(11.490)	(6.855)	(18.345)
Juros pagos	(13.075)	(5.985)	(19.060)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	14.459	6.957	21.416
Saldo em 31 de dezembro de 2024	163.564	56.430	219.994
Amortização de principal	(12.619)	(6.294)	(18.913)
Juros pagos	(12.359)	(3.823)	(16.182)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	16.330	6.416	22.746
Saldo em 31 de dezembro de 2025	155.004	53.044	208.048

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	2025		2024	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2025	-	-	17.557	9.810
2026	18.629	11.847	17.557	10.631
2027	18.629	13.137	17.557	11.347
2028 a 2033	98.707	17.852	92.898	15.202
	135.965	42.836	145.569	46.990

a. Covenants

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. A administração da Companhia efetua acompanhamento das cláusulas contratuais para que sejam atendidas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

11 Imposto de renda e contribuição social a pagar e encargos tributários e trabalhistas

(i) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2025	2024
IRPJ a recolher	1.031	716
CSLL a recolher	442	321
	1.473	1.037

(ii) Encargos tributários e trabalhistas

	2025	2024
ISS a recolher	1	3
PIS a recolher	50	48
COFINS a recolher	229	223
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	172	161
Outros impostos a recolher	138	233
	590	668

12 Ressarcimento geração reduzida

Os regramentos aplicados aos contratos de CCEARs da Companhia definem:

- Penalidades anuais: os desvios negativos de geração, quando superiores a 10% (abaixo da faixa de tolerância), serão apurados ao final de cada ano contratual e pagos em 12 parcelas mensais uniformes, conforme cláusula específica do contrato. Essas penalidades são denominadas penalidades anuais e não incidem multa.
- Penalidades quadrienais: os desvios negativos de geração de até 10% (dentro da faixa de tolerância) serão provisionados e poderão ser compensados com eventuais superávits de geração dos anos seguintes, até o fechamento do quadriênio. Caso o provisionamento não seja integralmente compensado ao final do quadriênio, o valor remanescente será pago em 12 parcelas mensais uniformes, conforme cláusula específica do contrato. Essas penalidades são denominadas penalidades quadrienais e estão sujeitas a multa total de 6%.
- Alocação de energia excedente: é permitida a alocação de energia superior à quantidade contratada até 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano e 110% no penúltimo ano.
- Valoração das penalidades: a apuração das penalidades por energia entregue inferior à quantidade contratada será realizada pelo maior valor entre o Preço de Liquidação das Diferenças Médio (PLD) e a tarifa do contrato devidamente ajustada.

Desvio de Geração e Provisões

A produção de energia dos parques eólicos situou-se abaixo dos volumes previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) durante os

ciclos de 2018-2021 e 2022-2025. Em função dessa performance, a Companhia mantém constituída uma provisão para cobrir as obrigações contratuais decorrentes, cujas liquidações financeiras ocorrem nos exercícios subsequentes conforme as apurações processadas pela CCEE.

Metodologia de Cálculo e Retomada em 2025

Os ressarcimentos por geração reduzida permaneceram sobrestados até o exercício de 2024 devido à inexistência de uma metodologia definitiva para o cálculo da energia não suprida, que considerasse aquela não produzida em função das restrições impostas pelo ONS (*Constrained-off*). Esse cenário foi revertido em maio de 2025, quando a ANEEL e a CCEE aprovaram a atualização dos Procedimentos de Comercialização (PdC), estabelecendo a sistemática de cálculo para a fonte eólica e permitindo o reconhecimento dos créditos e a retomada das liquidações. Como reflexo, entre julho e novembro de 2025, a Companhia teve o abatimento total de R\$ 6.402 nas suas receitas mensais oriundas das distribuidoras.

Nova Suspensão e Marco Legal

Contudo, em dezembro de 2025, os pagamentos foram novamente suspensos em decorrência da promulgação da Lei nº 15.269/2025 e dos atos regulatórios subsequentes da CCEE e da ANEEL. O novo marco legal instituiu diretrizes atualizadas para a compensação e termos de compromisso, o que resultou no novo sobrestamento dos saldos remanescentes até que as novas regras sejam integralmente operacionalizadas.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	422	16.069	16.491
Pagamento	(422)	-	(422)
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	3.180	3180
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	19.249	19.249
Pagamento	-	(6.402)	(6.402)
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	912	912
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	13.759	13.759

13 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2025 e 2024, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda possível ou provável.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 2.354 (R\$ 2.108 em 31 de dezembro de 2024) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque eólico, transporte e destinação do material gerado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma atualização provisão no valor de R\$ 246.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 319.131, totalmente integralizado e representado por 285.851.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (285.851.394 ações em 31 de dezembro de 2024).

Conforme apresentado na Nota 1, a Nexus Investimentos, Participações e Locações e a Servtec Investimentos e Participações são as acionistas da Companhia, com participações no capital social de 69,62% e 30,38%, respectivamente.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia e de seus contratos de financiamentos.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o lucro contábil foi todo destinado a diminuir os prejuízos acumulados.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o

não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

15 Receita líquida de vendas

	2025	2024
Receita de energia	71.516	67.200
PIS	(465)	(437)
COFINS	(2.145)	(2.016)
	68.906	64.747

	2025	2024
Receita de operações de energia elétrica em MWh		
Energia comercializada	292.269	315.681

16 Custos de geração de energia

	2025	2024
Depreciações e amortizações	(17.006)	(16.529)
Depreciação direito de uso arrendamentos	(537)	(513)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(4.353)	(4.175)
Compra de energia	(339)	(797)
Custos com manutenção	(9.822)	(9.743)
Custos com pessoal	(1.377)	(1.212)
Custos regulatórios	(370)	(353)
Serviços de terceiros	(1.897)	(2.170)
Custos socioambientais	(421)	(561)
Custos com infraestrutura	(204)	(295)
Custos com seguros	(927)	(1.122)
Custos gerais	(1.243)	(553)
	(38.496)	(38.023)

17 Despesas gerais e administrativas por natureza

Despesas Gerais	2025	2024
Despesas com pessoal	(878)	(800)
Serviços de terceiros	(923)	(780)
Despesas com viagens	(28)	(31)
Despesas tributárias	(15)	(19)
Depreciação e amortização	(14)	(16)
	(1.858)	(1.646)

18 Outras receitas

	2025	2024
Indenização de seguro	-	1.319
	-	1.319

Em 2024 a Companhia teve custos com um sinistro e foi indenizada pela seguradora devido a cobertura de lucros cessantes acumulados.

19 Resultado Financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (*)	5.236	3.319
Outras receitas financeiras	7	-
Total	5.243	3.319
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(22.745)	(21.416)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(403)	(403)
Despesas financeiras com arrendamentos	(704)	(703)
Fianças bancárias	(1.559)	(3.305)
Despesas bancárias	(1)	(86)
Outras despesas financeiras	(19)	(21)
Total	(25.431)	(25.934)
Resultado financeiro	(20.188)	(22.615)

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa e rendimento de aplicações em depósitos vinculados.

20 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Em 31 de dezembro de 2025, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 3.899 (R\$ 3.741 em 31 de dezembro de 2024), conforme evidenciado no quadro abaixo:

	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica	71.516	67.200
Receitas financeiras e outras	5.061	4.987
Receitas tributáveis	76.577	72.187
Imposto de Renda Corrente		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (8%)	5.721	5.376
Base Presumida sobre receitas financeiras e outras (100%)	5.061	4.987
Lucro presumido tributável para Imposto de Renda	10.782	10.363
Imposto de Renda (15%)	(1.617)	(1.554)
Adicional Imposto de Renda (10%)	(1.054)	(1.012)
Despesa de imposto de renda corrente	(2.671)	(2.566)
Contribuição Social corrente		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (12%)	8.582	8.064
Base Presumida sobre receitas financeiras e outras (100%)	5.061	4.987
Lucro presumido tributável para contribuição social	13.643	13.051
Despesa de imposto de renda corrente	(1.228)	(1.175)
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	(3.899)	(3.741)

21 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 694 (R\$ 624 em 2024), e na conta de “custo de geração de energia”, no montante total de R\$ 666 (R\$ 636 em 2024). A remuneração inclui salários, encargos e eventuais bonificações anuais por atingimento das metas.

22 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	25.128	-	-	25.128

Depósitos vinculados	16.201	-	-	16.201
Contas a receber de clientes	-	8.177	-	-
Fornecedores	-	-	1.304	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	208.048	-
Arredamentos a pagar	-	-	8.007	-

Em 31 de dezembro de 2024	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.754	-	-	20.754
Depósitos vinculados	16.102	-	-	16.102
Contas a receber de clientes	-	8.003	-	-
Fornecedores	-	-	1.105	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	219.994	-
Arredamentos a pagar	-	-	7.964	-

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e contas a receber de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é

efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. O Contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (vide Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem R\$ 25.128 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 20.754) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o saldo de R\$ 16.201 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 16.102) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2025	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	29.247	30.476	119.078
Arrendamentos a pagar	398	434	7.174
Fornecedores	1.304	-	-
2024	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27.435	27.367	137.757
Arrendamentos a pagar	347	378	7.239
Fornecedores	1.105	-	-

Risco de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, fundos de investimentos e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2025 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2025) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2026. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2025.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Saldo 2025	Risco	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	25.138	Variação do CDI	28.727	29.756	30.785
Efeito no resultado			-	4.628	5.657
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	16.201	Rendimentos em FI	18.522	19.185	19.848
Efeito no resultado			-	2.984	3.647
Saldo de empréstimos e financiamentos	155.004	TJLP	169.063	172.896	176.730
Efeito no resultado			-	17.892	21.726
Saldo de debêntures	53.044	IPCA	55.256	55.832	56.408
Efeito no resultado			-	2.788	3.364

23 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	208.048	219.994
Caixa e equivalentes de caixa	(25.128)	(20.754)
Depósitos vinculados	(16.201)	(16.102)
Dívida líquida	166.719	183.138
Total do patrimônio líquido	253.859	249.394
Índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2025	0,66	0,73

24 Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais, responsabilidade civil e responsabilidade dos diretores no montante de R\$ 502.833 (R\$ 542.777 em 31 de dezembro de 2024) os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

As coberturas garantidas pelos presentes seguros incluem, por exemplo, lucros cessantes, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

Marcelo Fabiano da Silva
Diretor Financeiro

Paulo Régis
Diretor Técnico

Leandro Rodrigues
Contador CRC-SC 030791/O-1

* * *